

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Saúde

Prestação de Contas do Governo 2025 – 1º Ciclo

4/6/2025 — 9 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

*Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Estado de Saúde, entre 1º de janeiro e 30 de abril de 2025, no âmbito do 1º Ciclo do Assembleia Fiscaliza –
Prestação de Contas do Governo 2025*

Reunião da Comissão de Saúde

Comissão convidada: Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer

Presidente da reunião: deputado Arlen Santiago

Data: 4/6/2025

Horário: 9 horas

Local: Plenarinho I

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 – Santo Agostinho

Belo Horizonte-MG

CEP: 30190-921



I – Apresentação

A Comissão de Saúde, tendo como convidada a Comissão Extraordinária de Prevenção e Enfrentamento ao Câncer, recebeu, em 4/6/2025, Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2025, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado e em cumprimento ao art. 36, § 5º da Lei Complementar Federal nº 141/2012, que dispõe sobre normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assistir a reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Saúde: deputados Arlen Santiago (presidente), Doutor Wilson Batista (vice-presidente) e Lucas Lasmar.

Poder Executivo: Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde.

Demais presenças: deputadas Beatriz Cerqueira, Bella Gonçalves e Ione Pinheiro e deputados Adriano Alvarenga, Antônio Carlos Arantes, Arnaldo Silva, Doutor Jean Freire, Dr. Maurício, Enes Cândido, Gustavo Valadares, João Magalhães, Leleco Pimentel, Noraldino Júnior, Roberto Andrade e Tito Torres.

III – Temas discutidos

Nesta edição do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo, os principais temas discutidos durante a reunião foram os seguintes:

Investimentos em saúde

- Execução orçamentária e aplicação mínima de recursos em saúde: a partir de 2021, a execução financeira da área da saúde esteve acima da previsão orçamentária. No ano de 2025, até o início do mês de junho, foram executados R\$ 6,69 bilhões do orçamento da saúde (de R\$ 11,26 bilhões previstos para o ano inteiro).

Ações e políticas de saúde

- Programa Opera Mais: no ano de 2024 foram realizadas aproximadamente 1 milhão de cirurgias eletivas, o que corresponde a um aumento de 43% em relação a 2022. Entre os anos de 2022 e 2024, foram repassados R\$ 862 milhões por meio desse programa. Houve aumento de produção de cirurgias eletivas em diversas regiões do Estado, com destaque para as macrorregiões Nordeste (109%), Leste (101%), Vale do Aço (81%) e Norte (79%).
- Programa Cuidar na Hora Certa: em 2025 estão destinados R\$ 24 milhões para esse programa, que garante a execução de toda a linha de cuidado do câncer de mama. Os

municípios estão recebendo incentivos financeiros para cumprir as metas pactuadas no âmbito do programa.

- Expansão dos pontos de atenção: foram criados 13 serviços de hemodiálise, 41 pontos de atenção especializada credenciadas no Estado, 12 postos de coleta externa de sangue e expansão do Samu 192 para 5 macrorregionais de saúde. Após a implantação do Samu 192 na macrorregião Triângulo Sul, o Estado passará a ter 100% de cobertura desse serviço. Dois novos helicópteros e duas bases aéreas também estarão disponíveis, sendo uma no Município de Governador Valadares e outra no Município de Juiz de Fora. Estão em construção 623 novas Unidades Básicas de Saúde – UBS.
- Programa de Triagem Neonatal: 60 doenças diferentes são triadas pelo teste do pezinho em Minas Gerais. Por meio de parceria com o Núcleo de Ações e Pesquisa em Apoio Diagnóstico – Nupad – da UFMG, responsável pela execução técnica do Programa de Triagem Neonatal – PTN-MG –, é possível realizar a triagem neonatal de todos os recém-nascidos do Estado. De janeiro de 2022 a abril de 2025 foram triados 670 mil recém-nascidos. Cerca de 1.100 testes são realizados por dia. O investimento do Estado no programa foi de R\$ 64 milhões em 2025.
- Doenças raras: foram instituídas a Política Estadual de Atenção Integral às Pessoas com Doenças Raras e as grades de referência de doenças raras no âmbito do Estado. Estão destinados R\$ 497 mil aos serviços de referência em doenças raras, somados ao ressarcimento da produção. O objetivo é garantir o tratamento e o acompanhamento das pessoas com doenças raras no município de residência.
- Cobertura Vacinal: o dia D de vacinação envolveu 736 municípios aderentes e 4.035 escolas. Está previsto o repasse de R\$ 210 milhões ao Programa Mineiro de Imunização – PMI. Os 853 municípios do Estado podem aderir ao programa. A transferência dos recursos está atrelada ao alcance de metas. De acordo com o secretário, Minas Gerais possui média de vacinação superior à do Sudeste e acima da média brasileira. Os índices vacinais estão em níveis semelhantes a 2012. Em vários municípios a cobertura vacinal está acima de 95% em relação às 12 principais vacinas do PMI.
- Síndrome Respiratória Aguda Grave – Srag: em 2025, até o momento, houve o dobro de número de casos de Srag comparado a 2024. Em algumas regiões, como o Norte de Minas, ainda há crescimento dos casos. Até 23 de maio de 2025 foram abertos 99 novos leitos, com investimento de R\$ 1,6 milhão. Os 40 municípios que decretaram situação de emergência estão recebendo adiantamento de recursos para lidar com a crise sanitária. Também houve doação de equipamentos após avaliação do cenário epidemiológico e assistencial.

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig

- O orçamento anual da Fhemig passou de R\$ 1,3 bilhão para R\$ 2 bilhões. De acordo com o secretário, a fundação dispõe atualmente de equipamentos modernos, como tomógrafos e arcos cirúrgicos. No Hospital Júlia Kubitschek, o Centro de Terapia Intensiva – CTI –, que

permaneceu anos desativado, foi reativado e agora conta com 40 leitos. Além disso, o bloco cirúrgico foi ampliado de quatro para seis salas.

- Foi aberta a UTI Neonatal no Hospital Maternidade Odete Valadares – HMOV.
- O Hospital Regional Antônio Dias, em Patos de Minas, é o primeiro hospital da Fhemig a ser gerido por uma Organização Social – OS. Como resultados dessa gestão, iniciada em maio de 2024, têm-se o aumento de 30% na produtividade do hospital e a resolução do problema da falta de médicos na instituição.
- A nova parceria público-privada – PPP – receberá investimentos da ordem de R\$ 1,6 bilhão e viabilizará a construção do hospital mais moderno do Brasil. O projeto prevê a integração dos Hospitais João Paulo II, Maternidade Odete Valadares, Eduardo de Menezes e Alberto Cavalcante em uma única unidade de referência. Serão criados novos leitos de oncopediatria — cuja oferta ainda é insuficiente em Minas Gerais — e de hemato-oncologia, área considerada um dos principais gargalos assistenciais da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A estrutura contará com 170 apartamentos, com possibilidade de ampliação para até 300 leitos em cenários de epidemia ou pandemia. O novo hospital será equipado com aparelhos de ressonância magnética, tomógrafos modernos, área de apoio diagnóstico e abrigará o novo Laboratório Central de Saúde Pública – Lacen –, que passará a realizar exames com maior agilidade. Segundo esclarecimento do secretário, a PPP será do tipo “bata cinza”, modelo em que a gestão da área de apoio — incluindo a aquisição de insumos, serviços de limpeza e hotelaria — fica sob responsabilidade do parceiro privado. Já a assistência à saúde será prestada por profissionais efetivos da Fhemig e, eventualmente, do Serviço Social Autônomo – SSA –, caso o Projeto de Lei em tramitação na ALMG seja aprovado.
- Indagado sobre a realização das cirurgias programadas que eram feitas no Hospital Maria Amélia Lins, o secretário pontuou que os profissionais que trabalhavam na referida unidade foram deslocados para o Hospital João XXIII quando houve a quebra do equipamento conhecido como arco cirúrgico. Complementou que tais profissionais estão realizando o mesmo número de cirurgias que faziam naquela unidade. Outra pergunta relacionada ao Hospital Maria Amélia Lins abordou o remanejamento do serviço de ortopedia que era feito na unidade, bem como o serviço de terapia ocupacional. Segundo o gestor estadual, no segundo semestre o Hospital Júlia Kubitschek passará a fazer as cirurgias ortopédicas.

Hospitais regionais

- Serão construídos hospitais regionais nos municípios de Divinópolis, Teófilo Otoni, Sete Lagoas, Governador Valadares e Conselheiro Lafaiete. A execução das obras está sujeita a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado – TCE-MG. Havia ainda a previsão de construção do Hospital Regional de Juiz de Fora, mas a obra não será concluída. Cerca de R\$ 1 bilhão do orçamento do Estado está destinado para a implantação desses hospitais. Em relação ao custeio, o secretário afirmou que já existe deliberação que garante recursos de fonte estadual.
- Previsão de conclusão das obras dos hospitais regionais:

- Hospital Regional de Divinópolis: agosto de 2025;
 - Hospital Regional de Teófilo Otoni: setembro de 2025;
 - Hospital Regional de Sete Lagoas: final do primeiro semestre de 2026;
 - Hospital Regional de Governador Valadares: agosto de 2025;
 - Hospital Regional de Conselheiro Lafaiete: início das obras em julho de 2025.
- Questionado sobre o Hospital Regional de Juiz de Fora, o secretário esclareceu que a obra não seguiu o projeto original de engenharia, resultando em defeitos de construção considerados insanáveis. Segundo ele, o alto custo para elaboração de um novo projeto inviabiliza a conclusão do empreendimento. Em contrapartida, a intenção é realocar os recursos originalmente previstos para a construção do hospital, destinando-os à melhoria da estrutura dos outros hospitais da região da Zona da Mata, com o objetivo de fortalecer a capacidade de atendimento dessa região.

Centrais de regulação

- O número de pacientes regulados tem aumentado progressivamente a cada ano. Segundo o secretário, o atual modelo encontra-se esgotado, tornando inviável a ampliação desse número. Diante desse cenário, será contratado um serviço da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – para o desenvolvimento de um novo sistema baseado em inteligência artificial, com o objetivo de reduzir a dependência do profissional médico. A expectativa é de que a solução seja apresentada pela UFRN até o final de 2025.

Impacto do Programa de Pleno Pagamento de Dívidas nos Estados – Propag – na saúde

- O secretário ressaltou que sem a aprovação do Propag, não será possível elaborar políticas públicas de saúde no longo prazo. Caso o problema da dívida do Estado com a União não seja resolvido, a falta de recursos públicos poderá impactar negativamente a continuidade das ações e dos serviços de saúde.
- Ao ser questionado sobre a situação do Hospital Risoleta Neves, incluído pelo Estado na lista de bens alienáveis com vistas à amortização da dívida pública no âmbito do Propag, o secretário assegurou que os serviços atualmente prestados na unidade não serão descontinuados. A proposta é transferir o patrimônio à União, viabilizando sua posterior gestão pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh – e sua transformação em hospital universitário. Ressaltou-se, contudo, que a concretização da medida depende da manifestação de interesse por parte da União em adquirir o referido bem.

IV – Compromissos

Compromissos e posicionamentos do Poder Executivo

- Aplicar metodologia semelhante à do programa Cuidar na Hora Certa (voltado para o câncer de mama) às linhas de cuidado do câncer de próstata e de colo uterino.
- Adquirir um avião pressurizado para o Suporte Aéreo Avançado de Vida, para transporte de pacientes em Minas Gerais.
- Alcançar 100% de cobertura da Atenção Primária à Saúde.
- Finalizar a reforma das alas do Hospital Júlia Kubitschek, da Fhemig, que não estão em funcionamento.
- Não fechar o Hospital Risoleta Tolentino Neves, caso a federalização pretendida pela SES não ocorra.
- Contratar novo sistema desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com uso de Inteligência Artificial, para a regulação de leitos no Estado.
- Destinar os recursos que estavam previstos para a construção do Hospital Regional de Juiz de Fora aos serviços de saúde da região da Zona da Mata.
- Concluir as obras dos hospitais regionais nos prazos previstos no item “Hospitais regionais” deste relatório.

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2025.

Deputado Arlen Santiago

Presidente da Comissão de Saúde